



ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia – Geral do Estado

Procuradoria da FEAM

FEAM	
Protocolo nº: 0335823600	127
Divisão: 1º	FL. Nº
Mat.	Visto

CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL

Processo nº: 00067/1998/005/2000

Assunto: Diligência da CNR/COPAM referente ao Auto de Infração nº 174/2000

Interessado: FERROVIA CENTRO ATLANTICA S.A.

A Câmara Normativa e Recursal do COPAM em reunião realizada em 15/09/2010, decidiu baixar o processo em diligência para ser cumprida pela Procuradoria da FEAM, para manifestar da possibilidade de redução em 50% da multa aplicada.

Cabe mencionar, por necessário, que o questionamento alegado pela recorrente de redução da penalidade foi abordado no parecer jurídico de fls.119/120 dos autos.

O valor da multa aplicada final foi de R\$6.384,96, por "*lançar efluentes líquidos causadores de degradação ambiental, em desacordo com o estabelecido nas Deliberações Normativas, em consequência do derramamento de grande quantidade de linear alquibenzeno – LAB, proveniente do descarrilamento de 6 vagões no Município de Buenópolis*", sendo o valor inicial de R\$9.577,43, com a redução da incidência de circunstância atenuante de 1/3 em decorrência da limitação da degradação ambiental causada ambos do Decreto nº 39.424/98, aplicada pela CID/COPAM quando do julgamento do AI.

No procedimento estabelecido pelo Decreto nº 39.424/98 a recorrente foi regularmente notificada da aplicação de multa e do indeferimento do pedido de Reconsideração com a possibilidade de apresentação de proposta de Termo de Compromisso, no prazo fixado, nos termos da legislação então vigente, permanecendo inerte diante da possibilidade de firmar compromisso com órgão ambiental. (fls. 99)

O fato é que a autuada não apresentou nenhuma proposta de Termo de Compromisso e em seu recurso apresentado alega que, *entende que ao envidar seus melhores esforços no sentido de limitar o evento acidentário e recompor a área afetada, fato de conduziu à redução da multa imposta, pelo acolhimento da circunstância atenuante (...) Dessa forma, tendo já efetivamente cessado as circunstâncias que ensejaram a autuação e corrigido os efeitos adversos oriundos da exposição ao solo à substância química denominada Linear Alquibenzeno – LAB, é certo que os requisitos essenciais que poderiam constar de um eventual Termo de Compromisso já foram integralmente atendidos pela recorrente.* (fls. 107)

O ponto questionado trata-se da afirmação do autuado no recurso apresentado de fls.108 de que, *a redução em até 50% (cinquenta por cento) do valor da multa aplicada, independentemente da assinatura do Termo de Compromisso, por já terem sido tomadas todas as providências que dele poderiam constar,*

H.

eliminando-se do valor final apurado os juros moratórios que incidiram após o ingresso do pedido de Reconsideração”.

Cabe comentar que o Decreto nº 39.424/98 estabelecia em seu artigo 21 e seus Parágrafos o procedimento de suspensão da exigibilidade da multa e da possibilidade de redução em até 50% pelo total cumprimento do termo de Compromisso, que transcrevemos:

“Art. 21 - Na aplicação da multa serão observados os seguintes valores, atualizados na forma da lei

.....
§ 2º - As multas poderão ter sua exigibilidade suspensa quando o infrator, por Termo de Compromisso aprovado pelo órgão que aplicou a penalidade, se obrigar à adoção de medidas específicas para cessar ou corrigir a poluição ou degradação ambiental, sendo facultado às partes celebrar termo aditivo;

§ 3º - O Termo de Compromisso a que se refere o parágrafo anterior deverá ser requerido no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da notificação da penalidade.

§ 4º - Cumpridas as obrigações assumidas pelo infrator, a multa poderá ter o seu valor reduzido até 50% (cinquenta por cento).”

A afirmação do recorrente de que faz jus a redução é sem sombra de dúvidas destituída de qualquer amparo legal principalmente com a redação dada na Lei e em seu atual Regulamento. Para melhor elucidação da matéria podemos apontar a Lei 7.772/80 em seus artigos 16 e 17, *in verbis*:

“Art.16.....

§6º - Até 50% (cinquenta por cento) do valor da multa de que trata o inciso II do caput deste artigo poderão ser convertidos, mediante assinatura de termo de compromisso com o órgão ambiental competente, em medidas de controle, que poderão incluir ação reparadora a ser realizada em qualquer parte do território do Estado, sem prejuízo da reparação do dano ambiental diretamente causado pelo empreendimento.

Art. 17 - A defesa ou a interposição de recurso contra pena imposta por infração ao disposto nesta Lei não terão efeito suspensivo, salvo mediante Termo de Compromisso firmado pelo infrator com a Semad ou suas entidades vinculadas obrigando-se à eliminação das condições poluidoras ou à reparação dos danos eventualmente causados no prazo fixado pelo Copam, nos termos do regulamento desta Lei.”

Podemos facilmente afirmar que somente mediante a assinatura do Termo de Compromisso é que ocorrerá a suspensão da exigibilidade da penalidade de multa e não com a apresentação do Pedido de Reconsideração como quer a recorrente e após a comprovação pelo órgão ambiental de que o Termo de Compromisso foi totalmente cumprido é que existe a possibilidade de redução da penalidade de multa.

Por derradeiro, a única interpretação dada desde a criação da Lei 7.772/80 para o Termo de Compromisso é de que um instrumento mediante o qual o infrator obriga-se à eliminação das condições poluidoras ou degradadoras do

meio ambiente, dentro prazo razoável, mediante um cronograma físico financeiro e aprovado pelo órgão ambiental. A finalidade do instrumento não é de redutor de penalidade.



O fato é que o recorrente quando notificado da possibilidade de assinar o Termo de Compromisso, não firmou e afirmar a correção e reparação do dano requerendo a redução da penalidade de multa já reduzido pela reparação imediata ocorrida à época.

O recorrente ao dispensar o Termo de Compromisso não se obrigou a corrigir a irregularidade ambiental e sua comprovação pelo órgão ambiental, assim como, abriu mão de todo e qualquer possibilidade de usufruir benefício decorrente de compromisso junto ao órgão ambiental previsto na legislação ambiental.

ANTE AO EXPOSTO e diante do cumprimento da diligência por esta Procuradoria da FEAM, retornamos para julgamento do recurso em apreço, pela Câmara Normativa e Recursal do COPAM, pela manutenção da penalidade de multa aplicada **sem a redução de até 50%**, por falta de amparo legal no ordenamento jurídico.

É o parecer, s.m.j.

Belo Horizonte, 07 de maio de 2012.

11/1227
Carmen Lúcia S. Silveira
OAB/MG 38.838 – MASP 1043755-9
Procuradoria da FEAM

Leandro
Em 07/05/12
Gustavo
Gustavo Chaves Carneiro Machado
Procurador do Estado
Procurador - Chefe da FEAM
OAB/MG 90644 - MASP 1.120.512-7

